



IBIUNA AÇÕES GESTÃO DE RECURSOS LTDA.
(“Ibiuna”)

POLÍTICA DE RATEIO E DIVISÃO DE ORDENS
ENTRE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS

(“Política”)

JANEIRO 2025



Sumário

1. Objetivo	3
2. Aplicabilidade	3
3. Responsabilidades e Obrigações.....	3
4. Base Legal	4
4.1. Interpretação e Aplicação.....	4
5. Critérios do Rateio de Ordens.....	5
5.1. Introdução.....	5
5.2. Critérios por Tipo de Ativo.....	7
6. Transmissão das Ordens.....	8
7. Custos das Operações.....	9
8. Conflitos de Interesse.....	9
8.1. Operações entre Classes Geridas.....	9
9. Erros de <i>Trading</i>	11
10. Vigência e Atualização.....	11



1. Objetivo

Formalizar a metodologia e os critérios utilizados pela Ibiuna na alocação de ordens no âmbito da gestão das Classes sob gestão da Ibiuna, garantindo, assim, precisão e, sobretudo, imparcialidade a tal processo.

O estabelecimento desta Política busca controlar uma alocação justa de ordens entre as carteiras das Classes, visando a garantir que as ordens de compras e vendas de ativos financeiros emitidas em nome da Ibiuna sejam registradas e alocadas de maneira justa, por meio de grupamento das ordens, proporcionando dessa forma, tratamento equânime e igualitário entre as carteiras e, em última instância, entre os investidores que possuam recursos geridos pela Ibiuna, notadamente se as Classes apresentarem a mesma estratégia de investimento.

A observância desta Política traz benefícios a todos os clientes, tendo em vista que assegura que os ganhos e prejuízos verificados na carteira de cada cliente decorram tão somente do exercício dos atos inerentes à gestão, e não de manipulação e/ou equívocos de procedimentos operacionais não relacionados às decisões de investimento. A Ibiuna, no cumprimento de seu dever fiduciário, preza pelo cumprimento estrito de suas obrigações para com seus clientes e sempre empregará seus melhores esforços para atingir tal finalidade.

2. Aplicabilidade

Esta Política deverá ser observada pelos diretores, sócios, empregados, estagiários e todos que, de alguma forma, auxiliam o desenvolvimento das atividades da Ibiuna ("Colaboradores"), especialmente aqueles envolvidos nas atividades atinentes à alocação dos ativos negociados para as carteiras sob gestão da Ibiuna.

3. Responsabilidades e Obrigações

A Equipe de Riscos e *Compliance* formada pelo diretor responsável pelo cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos da Ibiuna ("Diretor de Riscos e Compliance") e pelos demais Colaboradores que auxiliam nas atividades de *compliance* da Ibiuna é a responsável pela atualização das informações necessárias para a manutenção dos controles relativos aos critérios preestabelecidos nesta Política, sendo a Equipe de Gestão a principal responsável pelo cumprimento da presente Política.

Adicionalmente, a Equipe de Riscos e *Compliance* é também responsável por realizar o monitoramento do rateio das ordens, quando este for realizado por terceiros, de forma que, nestes casos, a Equipe de Riscos e *Compliance* realiza a verificação das informações de alocação recebida do terceiro através de cálculo do preço médio realizado pelo sistema da Ibiuna. Tal procedimento é parte da rotina diária de pré-alocação e pós-alocação realizada pela Equipe de Riscos e *Compliance*.

4. Base Legal

- (i) Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 21”) Dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários;
- (ii) Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 175”) e seus anexos normativos: Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos;
- (iii) Código de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) (“Código AGRT”);
- (iv) Regras e Procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, especialmente seu Anexo Complementar III (“Regras e Procedimentos do Código AGRT”); e
- (v) Demais manifestações e ofícios orientadores dos órgãos reguladores e autorreguladores aplicáveis às atividades da Ibiuna.

4.1. Interpretação e Aplicação

Para fins de interpretação dos dispositivos previstos nesta Política, exceto se expressamente disposto de forma contrária: (a) os termos utilizados nesta Política terão o significado atribuído na Resolução CVM 175; (b) as referências a Fundos abrangem as Classes e Subclasses, se houver; (c) as referências a regulamento abrangem os anexos e apêndices, se houver, observado o disposto na Resolução CVM 175; e (d) as referências às Classes abrangem os Fundos ainda não adaptados à Resolução CVM 175.

As disposições da Política são aplicáveis, no que couberem, aos Fundos constituídos após o início da vigência da Resolução CVM 175 (i.e., 02/10/2023) e aos Fundos constituídos previamente a esta data que já tenham sido adaptados às regras da referida Resolução. A Ibiuna e os Fundos deverão observar as regras da Instrução CVM

nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada (“Instrução CVM 555”), e de outras instruções e normas aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, inclusive, no que diz respeito à responsabilidade e às atribuições da Ibiuna enquanto gestora da carteira dos Fundos até a data em que tais Fundos se adaptem às regras da Resolução CVM 175.

5. CrITÉrios do Rateio de Ordens

5.1. Introdução

Conforme descrito no Formulário de Referência da Ibiuna, esta realiza a gestão de classes de fundos de investimento financeiros (“Classes”) e deverá observar as disposições gerais descritas nesta Política para fins de rateio e divisão de ordens.

Na gestão de Classes que tenham por objetivo a realização de investimentos em ativos líquidos, a Ibiuna poderá realizar o grupamento das ordens a serem lançadas ao mercado (Conta Master) e posteriormente o rateio das ordens efetivamente executadas, especificando as quantidades correspondentes às Classes de acordo com os critérios ora definidos, bem como utilizando o preço médio das negociações para cada alocação.

Para Classes que tenham por objetivo a realização de investimentos em ativos líquidos, a Ibiuna adota critérios equitativos para definição do preço médio, os quais são passíveis de verificação. Nesse sentido, o respectivo sistema interno de gerenciamento de riscos da Ibiuna casa cada ordem com a operação previamente boletada e, se estiver de acordo e sem discrepâncias, executa a alocação nos portfólios, seguindo os critérios pré-determinados no sistema interno.

Os critérios para divisão das ordens alocadas na Conta Master entre as carteiras estão parametrizados em uma régua interna cadastrada no sistema de boletagem da Ibiuna.

Tal régua interna é revisada diariamente pela área de riscos, integrante da Equipe de Riscos e *Compliance* da Ibiuna, que analisa o patrimônio do dia anterior de cada Classe, suas regras de alavancagem, sua política de investimento e seu Regulamento e Anexo.

A configuração da régua interna é elaborada de modo que cada Classe receba uma porcentagem de cada ordem, respeitando suas especificidades, de forma a totalizar os 100% (cem por cento) de cada uma das ordens executadas. A configuração diária

da régua interna visa respeitar a alavancagem e a política de investimentos de cada Classe.

Não obstante, em algumas hipóteses, por condições alheias à vontade da Ibiuna, poderão ocorrer pequenas discrepâncias no preço médio definido no sistema interno, quando, exemplificativamente, a quantidade de ativos financeiros a ser alocada em uma Classe não comportar a participação em todos os lotes operados no pregão daquele dia, sendo necessário que a Ibiuna opte pela alocação dentro do lote cujo valor financeiro esteja mais próximo do preço médio das negociações.

De forma geral, o rateio e a divisão de ordens se darão da seguinte forma:

- (i) Preço: As ordens serão divididas de maneira que as carteiras de valores mobiliários geridas pela Ibiuna tenham o preço mais próximo possível do preço médio da totalidade das ordens de todas as carteiras num mesmo dia e, para um mesmo ativo, o que será realizado pelo sistema de alocação do *carrying broker* contratado pela Ibiuna. Contudo, o critério do preço médio pode não ser aplicado quando:
- › As ordens de compra e venda possuem identificação precisa do Fundo no qual elas devam ser executadas: neste caso as operações serão registradas e liquidadas pelo preço obtido no cumprimento da ordem;
 - › Os Fundos possuem serviço de custódia qualificada prestado por outra instituição: nesta situação o horário de envio das operações relativas às ordens de negociação pode ocorrer mais cedo devido ao horário estabelecido pelo custodiante. Assim sendo, o rateio poderá ser efetuado pela média dos preços verificada até o fechamento do envio das informações ao custodiante;
 - › A quantidade negociada for muito pequena: nesta situação, a alocação dos lotes pode apresentar impossibilidade matemática de alcançar o preço médio negociado ou resultar em lote fracionado (i.e., resultado não é um número inteiro);
 - › O lote for indivisível: nesta situação não é possível realizar a divisão do lote e especificação pelo preço médio; e
 - › For necessário realizar o enquadramento ativo ou passivo de um Fundo.
- (ii) Exceções: A Ibiuna entende que, nas seguintes situações específicas, os parâmetros supracitados de rateio e divisão de ordens não se faz possível:

- › a quantidade negociada for ínfima e/ou o lote ser indivisível, gerando uma impossibilidade matemática de se calcular o preço médio e a proporcionalidade correta;
- › for necessário realizar um enquadramento das carteiras;
- › houver alguma restrição específica para determinada carteira, como, por exemplo, disponibilidade de caixa ou de limites de risco;
- › a ordem for previamente especificada para uma carteira; e
- › especificamente em relação as estratégias sistemáticas, as quais seguirão o padrão pré-definido dos modelos estruturados internamente.

(iii) Alocação: O rateio de quantidades se dará proporcionalmente às quantidades originais das ordens, podendo haver alguma diferença por conta de arredondamentos face à presença de lotes mínimos.

(iv) Considerações adicionais: O rateio entre as Classes deverá considerar, ainda:

- › O patrimônio líquido de cada Classe;
- › As características de cada Classe;
- › A captação líquida de recursos;
- › Posição relativa do caixa de cada Classe;
- › Características tributárias que tenham relevância para as Classes;
- › Posição de risco de uma Classe; e
- › Situações específicas de clientes de Classes exclusivas.

Caso a Ibiuna tenha que alterar a relação das Classes definidas para participar do rateio, deverá manter registro e justificativa desta alteração.

Adicionalmente, em linha com o disposto acima, o rateio dos ativos é, em um primeiro momento, realizado pelo *carrying broker*, o qual também é responsável pela alocação das operações, conforme instruções da Ibiuna. Disto posto, a Ibiuna realiza o monitoramento das informações enviadas pelo *carrying broker*, buscando sempre controlar o preço médio entre os sistemas internos de controle das ordens da Ibiuna e a distribuição ocorrida nas plataformas de negociação após rateio de tais ordens.

5.2. Critérios por Tipo de Ativo

- › Crédito Privado: Apesar de não ser a intenção da Ibiuna, nas negociações de ativos financeiros considerados de crédito privado, as ordens podem ser



emitidas em blocos e rateadas pela proporcionalidade do patrimônio líquido de cada Classe, respeitando a adequação aos indicadores de risco estabelecidos para risco de crédito ou prazo de vencimento aceitável, conforme as disposições do regulamento ou mandato de cada Classe. Todas as ordens para as Classes deverão estar dentro do intervalo de preço verificado para o ativo financeiro em questão no dia da negociação. Esse intervalo de preço é monitorado pela Equipe de Riscos e *Compliance*.

- › Ações: As ações que, eventualmente, poderão vir a compor o portfólio dos clientes e das Classes são escolhidas pelo Diretor de Gestão. A estratégia de proporção de alocação é definida com antecedência. O Diretor de Gestão determina o tamanho das alocações em ações com base em dois critérios principais: (a) de acordo com análises fundamentalistas e econômicas, sempre considerando o preço corrente das ações; e (b) estratégia e perfil de cada uma das Classes.
- › Derivativos: Estratégias envolvendo derivativos estão, na maioria dos casos, fundamentalmente relacionadas à proteção de patrimônio (*hedging*), posicionamento e alavancagem e, portanto, são customizadas de acordo com a estratégia e perfil de cada uma das Classes.
- › Cotas de Classes: As Classes que vierem a investir preponderantemente em outras classes de investimento são geridas conforme suas políticas específicas. As ordens de compra e venda de classes são realizadas com relação a cada um deles. As operações são especificadas por Classe e/ou carteira em vista de seu perfil de aquisição, cronograma financeiro, e programação de liquidez. Ordinariamente, as oportunidades dentro de uma mesma oferta serão alocadas de forma proporcional entre as Classes.

6. Transmissão das Ordens

A Ibiuna poderá requisitar à uma corretora ou distribuidora de valores mobiliários que negocie ou registre determinada operação de compra ou venda de ativo para uma (conta individual) ou mais carteiras sob gestão (conta Master), nas condições que venham a ser especificadas pela Ibiuna. Assim, à medida que as ordens são executadas no mercado, os Colaboradores da Ibiuna as incluem no sistema de boletagem. As corretoras repassam as operações contratadas ao *carrying broker*, conforme estabelecido no contrato de repasse firmado entre a Ibiuna, a corretora e o *carrying broker*.



Por sua vez, o *carrying broker* também concentra todas as ordens recebidas das corretoras em uma única conta para posterior divisão e alocação.

As ordens serão sempre transmitidas verbalmente, por telefone ou transmitidas por escrito, via meios eletrônicos (e-mail, Bloomberg, sistemas eletrônicos de ordens etc.), sendo que, independentemente da forma de transmissão, todas as ordens devem ser confirmadas pelos Colaboradores da Ibiuna de forma que possam ser devidamente verificadas e, ainda, arquivadas pela Ibiuna.

7. Custos das Operações

Caso alguma ordem de compra ou venda transmitida pela Ibiuna, referente a um único ativo, venha a se relacionar a mais de uma carteira sob gestão, a Ibiuna deverá, após a execução das ordens transmitidas, também realizar o rateio dos custos envolvidos nas transações de forma proporcional (em quantidade e valor) em relação a cada uma das respectivas carteiras de valores mobiliários, de forma a não permitir o aferimento de qualquer vantagem por uma ou mais carteiras em detrimento de outras.

A Equipe de Riscos e *Compliance* revisa o relatório de comissões pagas aos respectivos intermediários diariamente.

8. Conflitos de Interesse

As ordens relacionadas a carteiras das Classes terão sempre prioridade em relação a ordens relacionadas a “pessoas ligadas”¹ à Ibiuna, mitigando, dessa forma, o risco de conflito de interesses.

A Ibiuna não possui intermediários financeiros que sejam partes ligadas. Sem prejuízo, caso venham a ter ou contratar intermediários financeiros que sejam partes ligadas à Ibiuna para as operações das Classes, serão observadas as condições de *best execution* a fim de que o preço resultante das operações da Classe e as condições de prestação de serviço busquem atender o melhor interesse dos cotistas das Classes observadas as condições de mercado.

8.1. Operações entre Classes Geridas

¹ Considera-se “pessoa ligada” à Gestora: (a) seus sócios, acionistas, administradores, empregados, operadores e prepostos (inclusive estagiários e trainees), bem como os cônjuges, companheiros e filhos destes; e (b) qualquer outro veículo ou estrutura de investimento que, do ponto de vista econômico, represente operação de carteira própria das Gestoras ou de interesse de qualquer pessoa mencionada na alínea “a” acima.



Por outro lado, a Ibiuna, em caráter de exceção, poderá realizar operações diretas entre as diversas Classes sob sua gestão, desde que assim permitido em seus respectivos regulamentos, bem como, a Equipe de Riscos e *Compliance* deverá avaliar a justificativa fornecida pela Equipe de Gestão, que embase a situação. A operação apenas será autorizada pelo Diretor de Riscos e *Compliance*, caso não seja identificado nenhum tipo de conflito de interesses.

Adicionalmente, para que a operação possa acontecer, ao menos um dos seguintes requisitos deve ser atendido pela contraparte que atue na ponta vendedora para assegurar que a situação não seja configurada como conflito de interesse:

- › A contraparte esteja desenquadrada por questões legais ou regulatórias, ou em relação ao seu regulamento ou diretrizes internas; ou
- › A decisão de venda do ativo esteja embasada pela estratégia de investimento da carteira e registrada no sistema interno da Ibiuna.

Além dos requisitos elencados para a ponta vendedora, a contraparte que atue na ponta compradora somente poderá adquirir ativos que estejam de acordo com a estratégia de investimento da carteira, formalizada através de e-mail ou em ata de reunião da Equipe de Gestão.

Toda e qualquer negociação de ativos entre carteiras de valores mobiliários geridas pela Ibiuna somente pode ocorrer após a informação ao Diretor de Riscos e *Compliance*, que se dará por *e-mail*, incluindo o nome do ativo, a quantidade, o tipo da operação e os requisitos que são atendidos pelas contrapartes, devendo o Diretor de Riscos e *Compliance* autorizar a operação.

Ainda, também neste caso, as operações devem ser realizadas em mercado organizado, dentro dos parâmetros de preço praticados pelo mercado, quais sejam, preço dentro da taxa de oferta de compra e venda por corretoras de valores, preço divulgado por fontes oficiais (ANBIMA, por exemplo), ou preço definido pelo administrador fiduciário, conforme metodologia de precificação de ativos própria.

Ressaltamos que na inexistência de mercado organizado, a precificação ocorrerá por terceiros e/ou através de aprovação em Assembleia de Cotistas, conforme o caso.

As negociações não poderão dar rentabilidade desproporcional a SA um veículo de investimento em detrimento de outro. Ademais, em caso de desenquadramento, o



preço praticado não poderá ser inferior ao valor mínimo em que a Classe se reenquadraria.

Neste caso, a Ibiuna deverá, necessariamente, observar o preço de mercado da referida transação, e manter, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, o devido registro de todas as operações realizadas, com a justificativa da operação e preço praticado.

9. Erros de Trading

Com relação aos Colaboradores, estes exercem suas atividades com todo cuidado e diligência que todo homem probo costuma ter em decisões que possam impactar negócios. Ainda assim, eventuais erros podem ocorrer, casos nos quais, o Diretor de Gestão da Ibiuna e o Diretor de Riscos e *Compliance* devem ser imediatamente comunicados, para que os possíveis impactos às Classes sejam analisados e corrigidos, quando possível, com a maior celeridade, inclusive responsabilizando-se por custos e perdas incorridas.

Ademais, possíveis ganhos gerados pelo erro serão alocados igualmente entre as Classes.

10. Vigência e Atualização

A presente Política será revisada **anualmente**, e sua alteração acontecerá caso seja constatada necessidade de atualização do seu conteúdo. Poderá, ainda, ser alterada a qualquer tempo em razão de circunstâncias que demandem tal providência.

Histórico de atualizações		
Versão ²	Data	Responsável
1ª	Março de 2024	Diretores de Gestão e de Riscos e <i>Compliance</i>
2ª e atual	Janeiro de 2025	Diretores de Gestão e de Riscos e <i>Compliance</i>

² Em março de 2024, a Política foi revisada e adaptada às demandas regulatórias da Resolução CVM 175. A Ibiuna optou por considerar como primeira versão da Política este novo formato, razão pela qual não estão sendo consideradas suas versões anteriores e respectivas datas.